



PROPOSTA

MAGIS DC E MP DC



 (31) 98021-5992

 @juridico.dc

 dcpreparatorio@gmail.com



DC JURÍDICO

Preparação para carreiras jurídicas

MAGIS DC e MP DC

Cursos de primeira fase. Proposta comercial e peça publicitária

Todo o conteúdo em um único material

Oito semanas de estudo integralmente dirigido

Investimento: R\$ 649 por curso

Todas as matérias atualizadas até setembro de 2026

1. CHAMADA PRINCIPAL

Você não precisa de mais fontes. Precisa de uma fonte que baste.

O candidato de primeira fase não fracassa por falta de material. Fracassa por excesso de material desconectado. São a lei seca em um lugar, o manual em outro, o informativo em um terceiro, e nenhum deles conversando entre si. O MAGIS DC e o MP DC foram construídos para encerrar esse problema: em oito semanas, um material único que reúne tudo o que pode ser cobrado, na profundidade em que é cobrado.

2. POSICIONAMENTO

MAGIS DC e MP DC são dois cursos de primeira fase com a mesma engenharia e recortes distintos. O primeiro é dirigido a quem disputa a magistratura estadual. O segundo, a quem disputa o Ministério Público estadual. Compartilham o método, a arquitetura do material e o padrão de atualização. Diferem nas matérias envolvidas, mas saiba nosso material esta direcionado com base nos últimos 4 anos de certame de Magis e MP.

O aluno do DC Jurídico não abre uma segunda fonte de estudo porque não precisa. Legislação comentada, jurisprudência selecionada e doutrina de base estão no mesmo acervo, coordenados entre si e organizados pela lógica da prova objetiva.

3. A ARQUITETURA DO MATERIAL

O curso se apoia em três camadas coordenadas. Elas não se repetem e não se contradizem: cada uma cumpre uma função específica no desempenho da prova objetiva.

3.1 Legislação comentada

Os códigos e as legislações extravagantes são entregues em material apartado, comentados, com os pontos de incidência destacados e com a jurisprudência pertinente inserida no local exato do artigo. O aluno lê a lei seca sem sair do ambiente do curso e sem precisar adquirir um vade-mécum comentado à parte. Esse acervo, isoladamente considerado, já é um produto completo dentro do curso.

3.2 Jurisprudência atual e recorrente em provas

Não é um repositório de informativos. É uma seleção de teses do STF e do STJ filtrada por dois critérios simultâneos: atualidade e recorrência em prova. Entram os julgados que as bancas efetivamente cobram e os que, por peso institucional, estão na fila de serem cobrados. Cada tese aparece em formato operacional, pronta para reconhecimento em alternativa.

3.3 Doutrina de base

A doutrina é a espinha dorsal do curso e sustenta a compreensão dos institutos. Está escrita para ser lida em ritmo de preparação intensiva.

Três camadas, um só material. O aluno não cruza fontes: o cruzamento já foi feito por nós.

4. AMPLITUDE: TUDO O QUE PODE SER COBRADO

A extensão é deliberada. Em primeira fase, a prova objetiva cobra um mix de 50% legislação, 20% doutrina e 30% jurisprudência e é isso que entregamos a você. Por isso o material é extenso: ele cobre a integralidade do que pode ser exigido, sem lacunas que obriguem o aluno a recorrer a terceiros.

MAGIS DC. Constitucional, Administrativo, Civil, Processual Civil, Penal (parte geral e especial), Processual Penal, Execução Penal, Legislação Penal Especial, Empresarial, Tributário, Ambiental, Consumidor, Eleitoral, Criança e Adolescente, Direitos Humanos e Formação Humanística.

MP DC. Todo o núcleo base acima (exceção de empresarial, formação humanística e tributário), acrescido do bloco institucional do Ministério Público, Tutela Coletiva e Direitos Difusos, Improbidade Administrativa, Criminologia, e a ênfase ampliada em Criança e Adolescente, Idoso, Pessoa com Deficiência, Saúde, Educação e Registros Públicos.

Nenhuma matéria entra por preenchimento. Cada uma entra porque há histórico de cobrança em prova de primeira fase.

5. CRONOGRAMA DE OITO SEMANAS

O material é disponibilizado ao longo de oito semanas, em blocos coordenados. A liberação progressiva não é uma limitação comercial: é uma escolha pedagógica. Um acervo dessa extensão entregue de uma só vez produz paralisia, não produtividade. O aluno recebe o conteúdo na ordem em que ele deve ser estudado, com carga semanal calculada para quem concilia estudo e trabalho.

Ao final das oito semanas, o aluno tem o acervo integral em mãos, incluindo a legislação comentada, o compilado de jurisprudência e a doutrina de base, que permanecem disponíveis para revisão e para os certames seguintes.

6. ATUALIZAÇÃO ATÉ SETEMBRO DE 2026

Todas as matérias estão atualizadas até setembro de 2026. Reformas legislativas, teses firmadas em repetitivos e em repercussão geral, súmulas novas e viradas de entendimento estão incorporadas ao corpo do texto, e não em errata. Em primeira fase, a diferença entre o entendimento atual e o entendimento do ano passado costuma valer a vaga.

7. O CUSTO OCULTO QUE ESTE CURSO ELIMINA

O candidato raramente calcula quanto gasta para montar sozinho aquilo que este curso entrega pronto. Um vade-mécum comentado, uma assinatura de jurisprudência selecionada, manuais de doutrina por matéria e um curso regular somam, com facilidade, várias vezes o valor aqui proposto, e ainda assim chegam desalinhados entre si.

Fonte de estudo	Montando por conta própria	MAGIS DC e MP DC
Legislação comentada	Aquisição avulsa por código	Incluída no acervo
Jurisprudência	Assinatura ou garimpo em informativos	Selecionada por incidência
Doutrina	Manuais por matéria	Doutrina de base integrada
Coordenação entre as fontes	Por conta do aluno	Já feita no material
Atualização	Depende da edição de cada obra	Setembro de 2026 em todas
Investimento	Somatório de várias compras	R\$ 649

O melhor custo e benefício do mercado: R\$ 649 por um acervo que dispensa qualquer outra fonte.

8. O QUE ESTÁ INCLUÍDO

1. Doutrina de base de todas as matérias exigidas na primeira fase da carreira escolhida.
2. Acervo próprio de legislação comentada, dispositivo a dispositivo, com jurisprudência inserida no artigo correspondente.
3. Compilado de jurisprudência atual e recorrente do STF e do STJ, selecionada por critério de incidência em prova.
4. Blocos exclusivos da carreira: institucional e tutela coletiva no MP DC, recorte próprio da judicatura no MAGIS DC.
5. Todas as matérias atualizadas até setembro de 2026.
6. Cronograma de oito semanas com carga semanal dimensionada para quem concilia estudo e trabalho.
7. Material no padrão visual DC Jurídico, projetado para leitura intensiva e revisão rápida.

9. PARA QUEM CADA CURSO FOI FEITO

MAGIS DC. Para quem disputa a magistratura estadual ou federal e precisa de um material único que cubra a prova objetiva inteira, sem a dispersão de estudar por seis fontes diferentes.

MP DC. Para quem disputa o Ministério Público e precisa, além do núcleo comum, do domínio do bloco institucional e da tutela coletiva, que é exatamente onde a maioria dos candidatos perde pontos por falta de material adequado.

Não foi feito para quem quer um resumo de cem páginas. Primeira fase de magistratura e de Ministério Público não se vence com resumo.

10. PERGUNTAS FREQUENTES

Preciso comprar vade-mécum ou manual por fora?

Não. A legislação comentada e a doutrina de base estão incluídas no acervo. O curso foi construído para ser suficiente.

Por que oito semanas e não tudo de uma vez?

Porque a extensão do acervo exige ordem. A liberação em blocos coordenados existe para que o aluno estude na sequência correta, com carga semanal viável.

Qual a diferença entre o MAGIS DC e o MP DC?

O núcleo é comum. O MP DC acrescenta o bloco institucional, a tutela coletiva e a ênfase nos direitos difusos, que a magistratura cobra em intensidade menor.

A atualização cobre o quê?

Legislação, jurisprudência e doutrina de todas as matérias, até setembro de 2026.

Serve para qualquer banca?

Sim. O recorte é o conteúdo cobrável em primeira fase, e não a idiossincrasia de uma banca isolada.

11. CHAMADA PARA AÇÃO

MAGIS DC e MP DC. R\$ 649 cada.

Oito semanas. Um material. Tudo o que pode ser cobrado na primeira fase.

Inscrições em [\[inserir link\]](#).

ANEXO. VERSÕES CURTAS PARA VEICULAÇÃO

A. Carrossel de Instagram (cinco telas)

Tela 1. Você não precisa de mais fontes. Precisa de uma fonte que baste.

Tela 2. Lei em um lugar, manual em outro, informativo em um terceiro. E nenhum conversa com o outro.

Tela 3. Legislação comentada, jurisprudência recorrente e doutrina de base. No mesmo acervo.

Tela 4. Todas as matérias atualizadas até setembro de 2026. Oito semanas de estudo dirigido.

Tela 5. MAGIS DC e MP DC. R\$ 649. Link na bio.

B. Stories (três telas)

1. Quantas fontes diferentes você abriu para estudar hoje?

2. No MAGIS DC e no MP DC são três camadas em um acervo só: legislação comentada, jurisprudência recorrente e doutrina de base.

3. R\$ 649. Arrasta para cima.

C. WhatsApp e lista de transmissão

MAGIS DC e MP DC. Cursos de primeira fase.

Oito semanas de estudo dirigido com tudo o que pode ser cobrado em prova objetiva. Legislação comentada em acervo próprio, jurisprudência atual e recorrente do STF e do STJ, e a doutrina de base do curso. Todas as matérias atualizadas até setembro de 2026. O aluno não precisa buscar nenhuma outra fonte.

R\$ 649. Inscrições em [inserir link].

D. Assunto e abertura de e-mail

Assunto: O material que dispensa todos os outros.

Abertura: Some o que você gastaria com vade-mécum comentado, assinatura de jurisprudência e manuais por matéria. Agora compare com R\$ 649 por um acervo em que essas três camadas já vêm coordenadas entre si.

OBSERVAÇÕES PARA PREENCHIMENTO ANTES DA VEICULAÇÃO

1. Conferir e ajustar o rol de matérias de cada curso, que foi montado a partir do acervo existente do DC Jurídico e pode não refletir o recorte final de cada edição.

2. Definir se haverá pacote combinado MAGIS DC mais MP DC com valor promocional, o que aproveita a sobreposição de núcleo comum entre os dois cursos e eleva o ticket médio sem custo adicional de produção.
3. Inserir o link de inscrição, a data de abertura das matrículas e as condições de parcelamento.
4. Avaliar a inclusão de um bloco de histórico de acertos em provas anteriores, nos moldes do que consta da proposta do ENAM, desde que a relação de questões esteja documentada.
5. Manter em arquivo os elementos fáticos que sustentam as afirmações publicitárias, sobretudo a de suficiência do material e a de melhor custo e benefício do mercado, na forma do artigo 36, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.
6. Considerar a menção expressa ao direito de arrependimento em sete dias, do artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor, como redutor de atrito na decisão de compra.